



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL  
Des. Virgínio Marques Carneiro Leão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

REVISTA DE

# Estudos Eleitorais

Recife | Volume 3 | Número 5

ISSN 2594-3677

# **SER OU NÃO SER DEPUTADO PARA GANHAR AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS? UMA ANÁLISE DOS PARLAMENTARES PERNAMBUCANOS QUE CONCORRERAM AO CARGO DE PREFEITO (2002-2016)<sup>1</sup>**

**Myllena Pereira Santos<sup>2</sup>**

---

1 Artigo recebido em 15/05/2019 e aprovado para publicação em 07/06/2019

2 Cientista Política pela UFPE, mestranda em Ciência Política pela UNB. Área de pesquisa em Instituições e Política, em especial, emendas parlamentares e comportamento político. E-mail: santos.myllenacp@gmail.com

## SER OU NÃO SER DEPUTADO PARA GANHAR AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS? UMA ANÁLISE DOS PARLAMENTARES PERNAMBUCANOS QUE CONCORRERAM AO CARGO DE PREFEITO (2002-2016)

Myllena Pereira Santos

### RESUMO

Ter exercido o cargo de deputado favorece o desempenho eleitoral nas eleições municipais? O presente trabalho observa os casos em que deputados pernambucanos decidiram concorrer ao cargo de prefeito. O projeto tem como hipótese a ligação entre possuir um mandato legislativo de deputado e o desempenho eleitoral na eleição a chefe municipal. Apresenta-se como objeto de análise e corte temporal, os deputados federais pernambucanos da 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas e os deputados estaduais de Pernambuco da 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup> e 18<sup>a</sup> legislaturas que, no decorrer de seu mandato parlamentar, pleitearam nas eleições Municipais de 2004, 2008, 2012 e 2016 uma vaga para o executivo.

**Palavras-chave:** Legislativo. Eleição Municipal. Desempenho Eleitoral. Carreira Política. Ambição Regressiva.

### 1 INTRODUÇÃO

No estudo da conexão entre carreiras políticas e eleições, observa-se uma vasta literatura apontando para a ambição de reeleição dos parlamentares. (FENNO, 1973; ARNOLD, 1990). Para muitos estudiosos da ciência política, os parlamentares possuem inúmeros incentivos, como capital político e popularidade, para seguir o fluxo de crescimento na hierarquia das carreiras políticas, no caso os caminhos da ambição progressiva. (SCHLESINGER, 1966; LEONI; PEREIRA E RENNÓ, 2003)

Com a ampliação das análises sobre a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, destacou-se um novo fenômeno diante da escolha racional dos seus componentes. Alguns legisladores brasileiros diante do contexto social e político, estão adotando um novo comportamento diante das eleições - o fenômeno de ambição

regressiva.

Diante da disputa dos parlamentares pernambucanos nas eleições municipais, o presente trabalho almeja, por meio da bibliografia sobre o tema, desenvolver a hipótese de pesquisa, a qual aponta para uma correlação significativa entre possuir o cargo de deputado e o desempenho como candidato à função do executivo municipal. Antecipadamente, diante da revisão teórica pode-se argumentar que o candidato ao possuir o cargo de deputado, apresentaria, conseqüentemente, um desempenho eleitoral melhor do que aqueles que recentemente desenvolveram a sua candidatura. Assim, em Pernambuco, ter exercido o cargo de deputado pode ser considerado condicionante para obtenção de um melhor desempenho nas eleições municipais? A ciência política aponta para um comportamento de regressão nas carreiras políticas, diante desse fenômeno.

Nesse contexto, o presente trabalho busca enfatizar a questão eleitoral, na qual se incluem os parlamentares pernambucanos, em especial a disputa pelo cargo de prefeito nos 185 municípios. Dessa forma, visa analisar se os deputados, não apenas seguem a tendência da ambição regressiva, mas ao disputarem as eleições municipais tendem a apresentar um melhor desempenho eleitoral do que os seus adversários. Para tanto, serão analisadas as bancadas pernambucanas do Congresso Federal da 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> legislaturas e da Assembleia Legislativa da 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 17<sup>a</sup> e 18<sup>a</sup> legislaturas, para assim, posteriormente, observar o desempenho eleitoral dos deputados que concorreram a um cargo majoritário, nos pleitos subsequentes, a saber, as eleições municipais de 2004, 2008, 2012 e 2016.

### 2 MARCO TEÓRICO

Tendo em vista que o sistema eleitoral é a chave da engrenagem política, ou seja, atua como agente de impacto nos arranjos e estratégias políticas, é de suma importância analisar o objeto de pesquisa do presente trabalho à luz do sistema eleitoral brasileiro.

Nicolau (2004) descreve o sistema eleitoral como um conjunto de regras que definem como o eleitor pode fazer suas escolhas e, conseqüentemente, como os votos contabilizados são transformados em mandatos. Desse modo, pode-se agrupar o sistema eleitoral em dois grandes núcleos:

a) Sistema majoritário, que é organizado em três grupos: maioria simples, dois turnos e voto alternativo. Visando, destarte, conceder a vitória aos candidatos que obtiverem maior número de votos, produzindo, assim, governos unipartidários. Lijphart (1990) afirma que no sistema majoritário, as maiorias devem governar, cabendo às minorias, o papel de oposição. Desse modo, forma-se um governo apenas com os grupos vitoriosos, excluindo os derrotados na arena eleitoral e;

b) Sistema proporcional, modelo o qual objetiva assegurar a formação de mandatos em proporção à votação recebida pelos concorrentes, ou seja, permitir governos mais representativos em relação a não ter um único grupo vitorioso nas eleições, mas, sim, uma diversidade na comunidade política. O modelo apresenta duas subdivisões: o voto único transferível e o sistema de lista.

Para Lewis (1965), o principal pressuposto da democracia é a garantia de que os “membros afetados por uma decisão devem ter a oportunidade de participar do processo que a originou”, desse modo, permitir a participação dos diversos grupos nos processos decisórios é a certeza da manutenção dos pressupostos democráticos.

No Brasil, as eleições para a Câmara dos Deputados, assim como para as Assembleias Legislativas, são marcadas pelo critério de representação proporcional, visando a maior representação das mais diversas clivagens no ambiente político. Além disso, apresenta o aspecto de lista aberta, o que permite, segundo Carreirão (2002), um caráter mais personalista nas arenas eleitorais, visto que o eleitor pode votar em um candidato, e não apenas na lista do partido, a exemplo do sistema de lista fechada, o que ocasiona uma maior identificação entre os candidatos e os eleitores.

A primeira versão de representação proporcional adotada no Brasil ocorreu no ano de 1932 e já previa o voto preferencial. A cédula apresentava grande número de candidatos e cabia ao eleitor o papel de escolher os seus representantes, fossem eles vinculados aos partidos ou não.

Dadas as alterações, o sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar

em um nome ou em um partido. As cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. Importante sublinhar que as coligações entre os partidos funcionam como uma única lista, ou seja, os mais votados da coligação, independentemente, do partido ao qual pertençam, elegem-se. Diferentemente de outros países (Chile, Finlândia e Polônia) onde os eleitores têm que obrigatoriamente votar em um nome da lista para ter o seu voto computado para o partido, no Brasil, os eleitores têm a opção de votar em um nome ou em um partido (legenda). O voto de legenda é contado apenas para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos.

## 2.1 Conexão entre o sistema eleitoral e a arena legislativa

O sistema proporcional de lista aberta - sistema adotado atualmente no Brasil - permite ao parlamentar uma maior identificação com suas bases eleitorais, o que, segundo explicitado por Jairo Nicolau (1999), incentiva comportamentos clientelistas e a adoção de políticas distributivistas<sup>1</sup>, além do enfraquecimento dos partidos diante da arena eleitoral. No entanto, diante deste cenário de forte incentivo da barganha política, a teoria da escolha racional trazida por Downs (1957) é inteiramente aplicável se observarmos as emendas parlamentares como um instrumento que visa maximizar os interesses da base eleitoral e em contrapartida, fomentar apoio do setor eleitoral e posteriormente, garantir um bom desempenho eleitoral para assim, assegurar a eleição do parlamentar.

Nicolau (2006) alerta que além do incentivo para que as campanhas sejam centradas no candidato, a lista aberta afeta os partidos por estimular a competição entre os membros de uma mesma legenda. Como a alocação intra lista é feita pelo sistema majoritário, os candidatos têm como principais adversários os colegas da própria lista e não de outros partidos.

<sup>1</sup> Para fins de definição de Política Distributivista, utilizar-se-á as definições de Lowi (1964) e Salisbury (1995).

O senso comum, através da influência das fortes estratégias de *marketing* eleitoral, permite que os eleitores comumente observem e vivenciem em seus distritos a intensa publicização da alocação de emendas parlamentares individuais por parte dos deputados federais e estaduais. Por conseguinte, nas eleições municipais, o eleitor defronta-se com tais parlamentares disputando o pleito eleitoral e evidenciando as inúmeras emendas parlamentares que alocaram durante seus mandatos, expondo o quão positivos foram estes feitos para a população de cada distrito.

Segundo Pereira e Mueller (2002), as emendas proporcionam altos retornos eleitorais “quanto mais emendas individuais são executadas, maiores são as chances de reeleição do parlamentar”. Embora os autores estejam centrados no impacto produzido pela alocação de emendas cuja finalidade é a reeleição do parlamentar ao cargo de deputado federal, acredita-se que tal cenário tende a se repetir no âmbito municipal. Isto porque, em ambas as disputas eleitorais, são observados aspectos semelhantes, tais como o envio de emendas individuais para os distritos oriundos de maior votação em eleições para o cargo de deputado federal.

Em resumo, as bases teóricas apresentadas sustentam a hipótese do presente trabalho de que, ocupar o cargo de deputado seria um fator para um bom desempenho eleitoral nas Eleições Municipais, tendo em vista que há uma influência do sistema eleitoral, no que diz respeito a proporcionar uma maior publicização do parlamentar, assim como a conexão eleitoral entre emendas parlamentares e sucesso nas eleições.

Este tópico, por fim, agrega um pouco das contribuições teóricas, no que tange ao quesito do comportamento político diante da arena eleitoral e de seu interesse em optar por uma ação de regressão na carreira política. Será que ser deputado favorece o desempenho eleitoral nas eleições? Na corrida pelo executivo municipal, há diferença entre o desempenho de deputados estaduais e federais? Essas são uma das perguntas a serem respondidas.

### 3. DISCUSSÃO

No decorrer da revisão da literatura, foi apresentada toda base teórica na qual o trabalho se sustenta, além disso, para fins de análise, adotou-se a premissa defendida por Pereira e Mueller (2002), de que as emendas proporcionam altos retornos eleitorais: “quanto mais emendas individuais são executadas, maiores são as chances de reeleição do parlamentar”. Neste trabalho, adota-se o exercício do mandato parlamentar como oportunidade (presumivelmente não negligenciável) de apresentar emendas e aprovar projetos e, portanto, como proxy<sup>2</sup> para o mecanismo que favorece os deputados na disputa para prefeituras: uma atuação legislativa distributiva a ser reivindicada – o *credit claiming*<sup>3</sup> (MAYHEW, 1974).

Desse modo, os deputados ao disputar um novo pleito, já estariam em vantagem diante dos adversários, pois já possuem, em virtude do cargo maior visibilidade e poder de impacto no município por meio de políticas públicas, no caso, políticas distributivistas como as emendas. Além do mais, conforme argumento de Pereira e Rennó (2001), o sistema político brasileiro cria incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais, ou seja, os eleitores dedicam especial atenção ao cenário que o cerca.

Diante de tal explicação prévia e, objetivando testar a hipótese para responder à pergunta de pesquisa, foram analisados mais de 2000 concorrentes ao cargo de prefeito nos 185 municípios pernambucanos. A variável dependente foi a porcentagem de votos nas eleições municipais, enquanto que a variável independente foi o cargo ocupado no momento da eleição.

#### 3.1 Análise dos resultados

A amostra compreende uma análise dos candidatos que disputaram o cargo de prefeito, nas eleições municipais dos anos de 2016, 2012,

2 Metodologicamente, utiliza-se uma variável proxy diante de variáveis omitidas no modelo.

3 *Credit Claiming* como a própria tradução sugere, consiste em atribuir fatos positivos uma determinada pessoa. Para Mayhew (1974) o termo expressa a propaganda que os deputados fazem, junto aos seus eleitores, de suas ações e conquistas no Congresso.

2008 e 2004. Visando uma melhor exposição dos resultados, essa seção será dividida em 4 tópicos correspondentes aos respectivos cortes temporais, conforme apresenta a tabela abaixo.

**Tabela 1 - Ocupação dos candidatos ao cargo de prefeito por eleição**

Ocupação	2004	2008	2012	2016
Deputado Federal	6 (1,2%)	7 (1,46%)	7 (1,39%)	14 (2,55%)
Deputado Estadual	6 (1,2%)	4 (0,84%)	2 (0,40%)	5 (0,91%)
Outras ocupações	493 (97,6%)	467 (97,7%)	496 (98,22%)	531 (96,54%)
Total	505 (100%)	478 (100%)	505 (100%)	550 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora (2018).<sup>4</sup>

A tabela 1 apresenta o objeto de análise ao longo dos anos de 2004, 2008, 2012 e 2016. Expondo assim, a distribuição de parlamentares nas disputas municipais para o cargo de prefeito.

### 3.1.1 Eleição municipal de 2004

Não se distanciando do padrão brasileiro, no ano de 2004, 185 municípios do estado de Pernambuco (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2018) elegeram os prefeitos que receberam o compromisso de representar os cidadãos pelos 4 anos seguintes. Seguindo o princípio democrático, as eleições municipais para escolha do chefe do executivo foram marcadas pela disputa de 501 concorrentes para ocupar democraticamente as 185 vagas de prefeito.

A tabela 2 a seguir descreve a variação do desempenho eleitoral dos candidatos de acordo com o cargo que ocupavam e testa a diferença entre as médias dos grupos de ocupação. Assim como mostra o resultado da análise de variância (ANOVA), cuja variável dependente foi a porcentagem de votos obtidos no 1º Turno das eleições municipais. Inseriu-se no modelo a variável independente "Cargo" (1=Deputado Federal, 2=Deputado Estadual, 3=Outros).

**Tabela 2 - Variação média do desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito, por grupo de ocupação na eleição de 2004**

Ocupação do candidato	N	Média	Desvio Padrão	Anova	
				Teste F	Sig.
Deputados Federais	6	30,1%	16,9	1,896	0,151
Deputados Estaduais	6	20,3%	11,9		
Outras	493	36,5%	21,8		
Total	505	36,2%	21,7		

Fonte: Elaborada pela autora (2018).<sup>5</sup>

A análise de variância (ANOVA) avalia se a diferença entre as médias dos grupos é estatisticamente significativa. Assim, realiza uma análise do valor da estatística em que F é 1,896, podendo, dessa forma, concluir que o p-valor não é significativo em 0,151.

Diante disso, infere-se que o resultado falsifica a hipótese de que nas Eleições de 2004 existiria uma dependência entre o cargo de deputado e um melhor desempenho nas eleições. Ou seja, nos municípios pernambucanos, os candidatos com outros cargos - como médicos e advogados - obtiveram melhor média de votos se comparados com os candidatos que exerciam a função de deputado.

Cabe destacar que nos municípios de Afrânio, Betânia, Chã de Alegria e Terezinha, houve apenas um único candidato com candidatura deferida segundo registro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em todas os municípios referidos, os candidatos encontram-se inseridos no grupo 3, conseqüentemente, por terem recebido 100% dos votos válidos, o que os faz serem apontados como outsiders<sup>6</sup> que proporcionaram a elevação da média do grupo 3.

Por fim, embora o objeto do trabalho seja o desempenho dos candidatos, em especial, os que exercem o cargo eletivo de deputado, cabe destacar que na eleição de 2004, apenas um deputado conquistou a vaga de prefeito, o caso do Deputado Estadual Lula Cabral que conquistou a Prefeitura do município do Cabo

4 Dados resultantes de pesquisa no TSE.

5 Dados resultantes de pesquisa no TSE.

6 O palavra significa assuntos que estejam à margem ou que foge do senso comum,

de Santo Agostinho.

### 3.1.2 Eleição municipal 2008

Em Pernambuco, dentre os 478 concorrentes ao cargo de prefeito, o TSE registrou a candidatura de 7 deputados federais e 4 deputados estaduais.

**Tabela 3 - Variação média do desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito, por grupo de ocupação na eleição de 2008**

Ocupação do candidato	N	Média	Desvio Padrão	Anova	
				Teste F	Sig.
Deputados Federais	7	44,5%	10,8	0,838	0,433
Deputados Estaduais	4	25,9%	25,8		
Outras	467	38,3%	23,0		
Total	478	38,3%	22,4		

Fonte: Elaborada pela autora (2018).<sup>7</sup>

Seguindo os fundamentos de Pallant (2007), o teste de homogeneidade das variâncias, ANOVA, testa se a média é semelhante para cada grupo. Os limites de significância estatística para o p-valor é 0,005. Desse modo, ao observar a tabela 3, conclui-se que embora a média do desempenho dos deputados federais tenha sido acima da média dos demais grupos, o pressuposto da hipótese restou-se violado, visto que o p-valor foi de 0,433.

Contrariando os dados obtidos na eleição de 2004, pode-se afirmar que em 2008, os deputados pelo Estado de Pernambuco tiveram um desempenho nas eleições municipais significativamente melhor do que os candidatos que não eram deputados. Assim, percebeu-se que no total, de 11 parlamentares que concorreram ao pleito de prefeito, apenas 4 conquistaram o cargo de Chefe do Executivo Municipal.

Ademais, cabe ressaltar que apenas em nove municípios apresentaram parlamentares na disputa. Em 7 dos municípios o TSE registrou apenas um candidato com candidatura deferida, estando todos codificados com o valor 3, ou seja, inseridos no grupo "outros".

Já em relação aos parlamentares federais que disputaram a eleição, apenas Renildo Calheiros conseguiu obter o quantitativo de

<sup>7</sup> Dados resultantes de pesquisa no TSE.

votos suficientes para ser eleito prefeito. Enquanto que, em nível estadual, destacam-se as vitórias de Elias Gomes, João da Costa e Ricardo Teobaldo nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife e Limoeiro, respectivamente.

### 3.1.3 Eleição municipal de 2012

Em Pernambuco, pode-se aferir que nos 185 municípios, a disputa pelo pleito de prefeito contou com 505 candidaturas deferidas, sendo: a) 7 candidaturas da categoria 1 (deputados federais); b) 2 da categoria 2 (deputados estaduais), e; c) 496 candidaturas da categoria 3 (outros).

Na tabela abaixo, é possível observar a composição da amostra nas Eleições Municipais de 2012. É possível, conforme dados do TSE, destacar a participação de nove parlamentares na disputa pelo cargo a prefeito em sete cidades.

**Tabela 4 - Variação média do desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito, por grupo de ocupação na eleição de 2012**

Ocupação do candidato	N	Média	Desvio Padrão	Anova	
				Teste F	Sig.
Deputados Federais	7	34,2%	16,1	0,209	0,811
Deputados Estaduais	2	23,9%	30,7		
Outras	496	38,5%	36,4		
Total	505	38,4%	36,2		

Fonte: Elaborada pela autora (2018).<sup>8</sup>

Cabe observar que diferentemente dos anos anteriores citados acima, todos os municípios contaram com no mínimo 2 concorrentes para o executivo local. O município de Santa Cruz do Capibaribe contou com a presença de representantes dos grupos 1, 2 e 3, contudo, no referido município, o candidato representante do grupo 2 (deputado estadual) foi o que apresentou melhor desempenho nas urnas em comparação aos demais.

Por fim, como nível de informação adicional, pode-se destacar que nenhum deputado federal conseguiu ser eleito na esfera local em 2012, porém dois deputados

<sup>8</sup> Dados resultantes de pesquisa no TSE.

estaduais conquistaram o almejado cargo no executivo local.

### 3.1.4 Eleições municipais 2016

Como o presente trabalho possui por foco a disputa pelo Poder Executivo local, permite-se observar com maiores detalhes o cenário da disputa eleitoral em conformidade com os objetivos deste. Assim, relata-se que no ano de 2016, os municípios pernambucanos, em especial 6.509.982 milhões de eleitores, escolheram de modo democrático os seus representantes.

**Tabela 5 - Variação média do desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito, por grupo de ocupação na eleição de 2016**

Ocupação do candidato	N	Média	Desvio Padrão	Anova	
				Teste F	Sig.
Deputados Federais	14	23,8%	18,9	1,743	0,176
Deputados Estaduais	5	23,8%	10,7		
Outras	531	33,8%	23,0		
Total	550	33,4%	22,9		

Fonte: Elaborada pela autora (2018).<sup>9</sup>

É possível observar, com a análise da tabela acima, um aumento do número de parlamentares, fenômeno esse que também é observado com a expansão do número de candidaturas homologadas pelo TSE. Buscando interpretar a tabela 5, pontua-se que ela busca representar o número de candidatos que disputaram ao cargo de prefeito, estando a categoria 1 representando 14 deputados federais, a 2 os 5 deputados estaduais e por fim, o valor “3” a catalogação de os demais candidatos que nas Eleições de 2014 não foram eleitos para desempenhar a função de deputado.

Ainda, em concordância com os dados apresentados acima, é possível inferir que nas Eleições Municipais de 2016, a hipótese de existência de associação significativa entre porcentagem de voto e os cargos “1” e “2” não encontram apoio estatístico já que o p-valor foi de 0,176.

Cabe salientar que nove municípios

apresentaram candidatos que possuíam o cargo de deputado. Além disso, destaca-se o município de Olinda, no qual a prefeitura foi disputada por 9 candidatos sendo 3 deputados estaduais e 1 deputado federal e o grande vitorioso foi um parlamentar da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Portanto, embora o objeto do trabalho não seja a vitória do parlamentar, mas o seu desempenho em % de votos, cabe salientar que dentre os 14 deputados federais que disputaram eleição, 06 foram eleitos, enquanto que apenas 01 deputado estadual, dentre 05, conseguiu sucesso nas eleições municipais.

Segundo dados do TSE, os municípios de Bom Conselho, Cortês, Maraiá, Santa Filomena e Xexéu apresentaram apenas uma candidatura deferida.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo enfatiza o estado de Pernambuco para expandir as análises sobre a escolha dos parlamentares em concorrerem ao cargo de prefeito, sendo no caso, levados para um comportamento, já definido por Pereira, Leoni e Rennó (2003), como ambição regressiva. Então, buscou-se entender se o fato de já possuir um cargo eletivo, que agrega fatores como o poder de alocar emendas parlamentares e alcançar visibilidade, seria, então, um condicionante para obter um melhor desempenho nas urnas.

Por meio das observações, conclui-se que nas Eleições de 2004, 2008, 2012 e 2016, não foi identificada relação significativa entre possuir o cargo de deputado e apresentar melhor desempenho nas eleições locais. Diante desse cenário, embora a literatura aponte para um comportamento de ambição regressiva, no âmbito estatístico, não é possível observar que os deputados tendem a apresentar melhor desempenho nas eleições municipais, e conseqüentemente, obter a vaga de prefeito para, desse modo, concretizar os seus planos de regressão na carreira política.

Por fim, visando a importância do tema, aponta-se como agenda de pesquisas vindouras, a inclusão da análise do impacto da alocação de emendas parlamentares nas eleições municipais, assim como, a inserção do custo de campanha e apoio político

9

Dados resultantes de pesquisa no TSE.

em um modelo multivariado. Além disso, apresenta-se como fundamental a expansão do universo analisado, para que assim, seja observado o fenômeno em nível nacional e conseqüentemente, desenvolver comparações e extrair resultados mais próximos do cenário real.

## REFERÊNCIAS

ARNOLD, R. Douglas. **The logic of congressional action**. New Haven: Yale University Press, 1990. 282 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2018**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes>. Acesso em: 15/10/2018.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002. 241 p.

Downs, Anthony,. **An Economic Theory of Democracy**. Harper, New York, 1957.

FENNO JUNIOR, Richard F. **Congressmen in committees**. Boston: Little, Brown, c1973. 302 p.

GALLAGER, Michael; MITCHELL, Paul **The politics of electoral systems**. London: Oxford University Press, 2005. 662 p.

**IBGE. Indicadores sociais municipais - 2000**:Tabela 1 - Número de municípios, população residente, por situação do domicílio, taxa de crescimento e razão de dependência. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores\\_sociais\\_municipais/tabela1a.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm). Acesso em: 24 nov. 2018.

LEONI, Eduardo. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. In: **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44-67, abr. 2003.

LEWIS, W. Arthur. **The theory of economic growth**. London: G. Allen, 1955. 453 p.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países; tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 389 p.

LOWI, Theodore J. American business, public policy, case studies, and political theory.

In: **World Politics**, v.16, n.4, p. 677-715, jul. 1964.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, v, 32, n. 4, p. 298-310, jul./ago. 1972.

MAYHEW, David R. **Congress: the Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974. 194 p.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 79 p.

\_\_\_\_\_. **Sistemas eleitorais**. 5. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004. 111 p.

\_\_\_\_\_. O sistema de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (org). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

NORRIS, Pippa. Legislative Recruitment. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G; NORRIS, Pippa. **Comparing democracies: elections and voting in global perspectives** Califórnia: Sage Publications, 1996.

\_\_\_\_\_. **Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies**. New York : Cambridge University Press, 1997.

PEREIRA, C., & MUELLER, B. "Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento brasileiro".In: **Dados** [online] v.45, n.2, p. 265-301, 2002.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. In: **Dados** [online]. vol.44, n.2, p.133-172, 2001.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Geografia de Pernambuco**. 2018. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/conheca/geografia/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

PALLANT, J. **Two-Way Between Groups ANOVA**: SPSS. Berkshire: McGraw Hill Open University Press, 2007.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and politics: political careers in the United States**. Chicago: Rand McNally, 1966.